



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Comissão Parlamentar de Inquérito destinada para investigar indícios de aplicação incorreta dos recursos e de manipulação na gestão de fundos de previdência complementar de funcionários de empresas estatais e servidores públicos, ocorridas entre 2003 e 2015 e que causaram prejuízos vultosos aos seus participantes - CPIFUNDO

REQUERIMENTO N.º , DE 2015 (Do Senhor Marcus Pestana)

Requer seja submetido à deliberação do Plenário desta Comissão Parlamentar de Inquérito o pedido ora formulado de CONVOCAÇÃO do Ex-Diretor Financeiro do Instituto Postalís de Seguridade Social – Sr. **Adilson Florêncio da Costa**, para prestar depoimento sobre operações realizadas.

Senhor Presidente,

Nos termos das disposições constitucionais (§ 3.º do art. 58 da CF/88), legais (art. 2.º da Lei 1.579/52) e regimentais (arts. 35 a 37 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados), requeremos seja submetido à deliberação do Plenário desta Comissão Parlamentar de Inquérito o pedido, ora formulado, de CONVOCAÇÃO do **Ex-diretor Financeiro**



CÂMARA DOS DEPUTADOS

do Instituto Postalís de Seguridade Social para prestar depoimento sobre operações realizadas no período.

JUSTIFICATIVA

A Revista Época ON LINE publicou reportagem intitulada “As evidências de fraude no fundo dos Correios ligado ao PMDB” em que afirma que: “O caso do Postalís, maior fundo do Brasil em número de participantes (110 mil), é especial. Foi o único fundo de grande porte aparelhado, no governo Lula, pelo PMDB. Por indicação de Lobão, o engenheiro Alexej Predtechensky, conhecido como Russo, assumiu a presidência do Postalís em 2006. Com o apoio de Lobão e Renan, o administrador Adílson Costa assumiu o segundo cargo mais importante do Postalís: a diretoria financeira.”

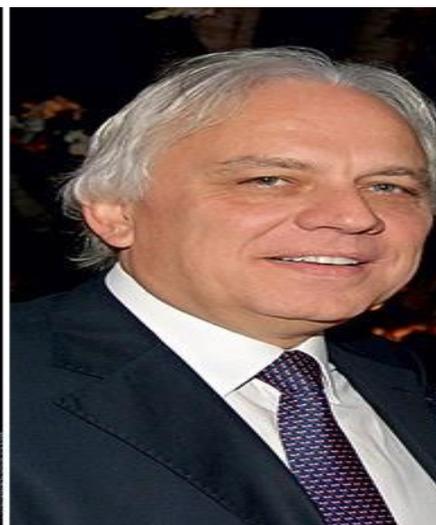
E, ainda, a reportagem divulga que “Os mandatos de Russo e Adílson se encerraram em 2012. Foram substituídos por novos apadrinhados de Lobão e Renan. A presidência ficou com o PT, que indicou Antônio Carlos Conquista — autuado pela Previc por irregularidades na gestão de outro fundo. PT e PMDB disputam agora as decisões pelos investimentos do Postalís. A ordem política, dizem parlamentares, lobistas e funcionários do Postalís, é diminuir os maus investimentos. Trocá-los por aplicações conservadoras, de maneira a evitar a intervenção.”

[As evidências de fraude no fundo dos Correios ligado ao PMDB](#)

Como afilhados políticos de Edison Lobão e Renan Calheiros quase levaram o Postalís, fundo de pensão dos Correios, à ruína



CÂMARA DOS DEPUTADOS



O PADRINHO

O ministro Lobão e Predtechensky, o Russo (à dir.). A gestão de Russo, afillado de Lobão, deixou um rombo milionário no Postalis

ELO FAMILIAR

Márcio, filho de Edison Lobão, foi sócio de Alexej Predtechensky, amigo de Lobão e presidente do Postalis, acusado de cometer fraudes – e de receber propina num paraíso fiscal



No final do governo Lula, um jovem e brilhante operador do mercado financeiro ascendia no rarefeito mundo da elite política de Brasília. Era Fabrizio Neves, dono da Atlântica Asset, empresa que montara fundos no mercado financiados sobretudo pelo Postalis, fundo de pensão dos Correios. O Postalis era comandado por afillados do ministro de Minas e Energia, Edison Lobão, e do senador Renan Calheiros, ambos do PMDB. Fabrizio dava festas e promovia jantares em Brasília e São Paulo. Num deles,



CÂMARA DOS DEPUTADOS

contratou o cantor Emílio Santiago e um dos pianistas que tocavam com Roberto Carlos. Colecionador de armas, dono de bom papo, Fabrizio fez amizades com políticos, diretores do Postalís e lobistas — a maioria deles ligada ao PMDB. Segundo seis desses altos quadros do PMDB, Fabrizio participava também das reuniões em que se discutia o financiamento das campanhas em 2010. Com pouco tempo de Brasília, Fabrizio já se tornara um homem poderoso na capital.

Sobre Fabrizio, sabia-se apenas que ele morara em Miami, onde fizera fortuna no mercado financeiro. No Brasil, ele estava em alta; nos Estados Unidos, era caçado por credores e pelos investigadores da Securities and Exchange Commission, a SEC, órgão que regula o mercado financeiro americano. Acusavam-no de ser o arquiteto de uma fraude que envolvia o dinheiro arrecadado no Postalís. A caçada judicial terminou recentemente nos Estados Unidos, e suas consequências ainda não se fizeram sentir no Brasil. A ascensão de Fabrizio por lá se deu com dinheiro daqui — dinheiro dos carteiros e funcionários dos Correios, que financiam suas aposentadorias contribuindo para o Postalís. A queda de Fabrizio terminou por lá. Mas ainda promete começar por aqui. E isso aterroriza o PMDB.

A história de Fabrizio, contada em documentos confidenciais obtidos por ÉPOCA nos Estados Unidos e no Brasil, ilustra à perfeição o efeito devastador da influência da política nos fundos de pensão das estatais. É um problema antigo, que resulta em corrupção e prejuízos aos fundos. Ele atingiu novo patamar no governo do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, com a ascensão de sindicalistas ligados ao PT à direção de fundos como Previ, do Banco do Brasil, ou Petros, da Petrobras. O caso do Postalís, maior fundo do Brasil em número de participantes (110 mil), é especial. Foi o único fundo de grande porte aparelhado, no governo Lula, pelo PMDB. Por indicação de Lobão, o engenheiro Alexej Predtechensky, conhecido como Russo, assumiu a presidência do Postalís em 2006. Com o apoio de Lobão e Renan, o administrador Adílson Costa assumiu o segundo cargo mais importante do Postalís: a diretoria financeira.

Amigo de Lobão, Russo tinha no currículo a quebra da construtora Encol, nos anos 1990. Quando diretor da Encol, fora acusado de irregularidades na gestão. Fora também sócio de Márcio Lobão, filho de Edison Lobão, numa concessionária que vendia BMWs. No Postalís, sua gestão resultou em péssimos números. Dono de um patrimônio de R\$ 7 bilhões, o Postalís vem acumulando perdas significativas. Entre 2011 e 2012, o *deficit* chegou a R\$ 985 milhões. No ano passado, o fundo somou R\$ 936 milhões negativos e, em 2014, as contas no vermelho já somam mais de R\$ 500 milhões, com uma projeção para encerrar o ano acima de R\$ 1 bilhão.

A situação do Postalís é tão grave que a Superintendência Nacional de Previdência Complementar, a Previc, responsável por fiscalizar os fundos de pensão, avalia uma intervenção no fundo. Os auditores da Previc estão cansados de notificar e autuar os diretores por irregularidades. Houve, ao menos, 14 autuações nos últimos anos, a que ÉPOCA teve acesso. Os mandatos de Russo e Adílson se encerraram em 2012. Foram substituídos por novos apadrinhados de Lobão e Renan. A presidência ficou com o PT, que indicou Antônio Carlos Conquista — autuado pela Previc por irregularidades na



CÂMARA DOS DEPUTADOS

gestão de outro fundo. PT e PMDB disputam agora as decisões pelos investimentos do Postalis. A ordem política, dizem parlamentares, lobistas e funcionários do Postalis, é diminuir os maus investimentos. Trocá-los por aplicações conservadoras, de maneira a evitar a intervenção.

A conexão Miami

A ascensão de Fabrizio — e da turma do PMDB no Postalis — começa em 2006. O Postalis acabara de criar, ao lado de Fabrizio, o fundo Brasil Sovereign, que deveria negociar, nos Estados Unidos, títulos da dívida pública brasileira. É um tipo de investimento conservador, mais seguro para quem investe nele, embora, por isso mesmo, costume render menos. Ao menos 80% do dinheiro do Brasil Sovereign deveria ser investido nesses títulos. Não foi o que aconteceu. Em maio de 2006, Fabrizio, então dono da Atlântica Asset, passou a controlar outra financeira chamada LatAm, com sede em Miami. Cabia à LatAm operar as transações com títulos da dívida pública brasileira. Ao banco BNY Mellon, cabia administrar e fiscalizar as operações de Fabrizio. Em vez de fazer investimentos conservadores, Fabrizio, dizem a investigação da SEC e uma auditoria externa contratada pelo Postalis, fez roleta-russa com o dinheiro do Postalis. Investia em produtos financeiros complexos e arriscados, por meio de um instrumento conhecido como “nota estruturada”. Ao fazer as operações, segundo as investigações, desviava dinheiro para contas secretas de empresas com sede em paraísos fiscais. Por baixo, os investigadores estimam que US\$ 24 milhões foram cobrados indevidamente do Postalis.

Segundo as investigações, a maioria das empresas que recebiam o dinheiro desviado era controlada por Fabrizio. Havia uma que não era: a conta da Spectra Trust, empresa sediada nas Ilhas Virgens Britânicas, um paraíso fiscal. Segundo a Justiça americana, a conta pertencia a Predtechensky, o Russo, então presidente do Postalis. Um dos dirigentes da corretora de Fabrizio, que colaborou com as investigações, disse em depoimento que ajudou a montar as contas secretas. E que Russo fora apresentado aos funcionários da corretora como o homem dos “fundos de pensão brasileiros”. Em novembro de 2007, US\$ 1,5 milhão foi transferido à Spectra. Os investigadores ainda tentam descobrir o total depositado na conta da Spectra.

Meses depois, em 11 de julho de 2008, o Postalis depositou R\$ 100 milhões na conta do fundo Brasil Sovereign. Era o sexto e último grande investimento do Postalis no fundo operado por Fabrizio. Desde que o Brasil Sovereign começara, três anos antes, o Postalis transferira R\$ 371 milhões para o controle, na prática, de Fabrizio. A soma dos valores era alta, mesmo para os padrões dos fundos de pensão das estatais. Os investimentos passavam relativamente despercebidos por causa de uma tática comum. Em vez de fazer grandes investimentos de uma só vez, diretores como Russo e Adílson depositavam somas mais modestas, distribuídas por meses — até anos. O expediente era possível graças à larga autonomia que Russo e Adílson detinham. Podiam autorizar, sem precisar recorrer ao Conselho do Postalis, investimentos individuais de até R\$ 120 milhões. Para efeito de comparação, diretores da Petrobras têm autonomia para gastar até R\$ 30 milhões — e, mesmo assim, com mais limitações. A mesma autonomia existe nos fundos de pensão das outras estatais.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Seis dias após o último depósito de R\$ 100 milhões, a corretora de Fabrizio nos Estados Unidos pagou US\$ 7 milhões por uma nota estruturada do Lehman Brothers — banco que, três meses depois, quebrou e quase levou a economia mundial junto. Era um produto arriscado de origem que, no mercado, já se desconfiava duvidosa (o Lehman). No mesmo dia, segundo a investigação da SEC, a corretora de Fabrizio deu início a mais uma fraude, que obrigou o Postalis a pagar, pela nota estruturada, mais do que ela valia. Os documentos da SEC demonstram que a diferença, ou ao menos parte substancial dela, foi desviada nas semanas seguintes para a conta da Spectra, a empresa secreta de Russo, presidente do Postalis.

Nos anos seguintes, prosseguiu a prática de investir nesse tipo de produto. Em 13 de outubro de 2009, Fabrizio, para aplacar outros credores, entrou com um pedido de falência na Justiça americana. No Brasil, era outra história. Dez dias antes, a corretora de Fabrizio começara a arrecadar mais dinheiro do Postalis, desta vez com um fundo para investir em serviços de saúde. No começo de 2010, sua corretora recebeu R\$ 2 milhões do Postalis. Em maio, as autoridades americanas proibiram Fabrizio de continuar operando no mercado financeiro. Eram os tempos das festas em Brasília.



Em dezembro de 2011, quando as investigações da SEC se aproximavam do fim, Fabrizio trocou cerca de US\$ 130 milhões do Brasil Sovereign por produtos financeiros arriscados, como as tais notas estruturadas. Fez isso sem consultar o Mellon e o Postalis, como mandava a lei. O Brasil Sovereign, que deveria aplicar 80% dos recursos em títulos da dívida, tinha 71% do dinheiro aplicado em papéis sem garantias de pagamento. Dificilmente o Postalis recuperará o dinheiro. Por isso, tenta um acordo



CÂMARA DOS DEPUTADOS

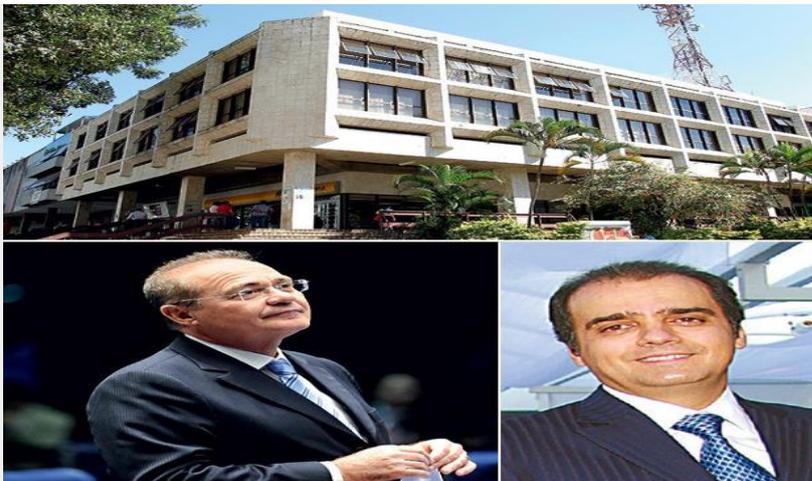
com o Mellon, que poderia, diz o Postalis, ter evitado os prejuízos. O Postalis quer que o Mellon pague, ao menos, R\$ 400 milhões. Em fevereiro deste ano, Fabrizio fez um acordo com a Justiça da Flórida e com a SEC. Aceitou pagar US\$ 4,5 milhões para não ir a julgamento, desde que não desminta publicamente os achados da investigação. Os investigadores americanos querem que ele colabore no rastro do dinheiro desviado.

O ministro Lobão afirma, por meio de nota, que conhece Russo há anos. Russo diz o mesmo. Mas Lobão, ao contrário de Russo, acrescenta: “A relação é de amizade”. Lobão, contudo, não admite sequer ter indicado Russo ou os atuais diretores do Postalis. “As nomeações no Postalis são feitas por um Conselho que atua vinculado a outro Ministério (*o da Previdência*)”, diz. Sobre a relação com Fabrizio e a atuação dele nas campanhas do PMDB em 2010, Lobão limita-se a dizer que “esteve com ele em eventos sociais, mas não em 2010”. Márcio Lobão, ex-sócio de Russo, diz que se mudou de Brasília para o Rio em 2000 e que, desde então, não mantém contato com ele: “Nunca mais tive qualquer vínculo comercial, social ou empresarial com o senhor Alexej”. O senador Edison Lobão Filho afirma não manter qualquer tipo de relacionamento com o ex-presidente do Postalis Alexej Predtechensky. “Não converso com esse indivíduo”, diz. “Graças a Deus (*não tenho relacionamento comercial com ele*). Se tivesse recebido algum valor dele, estaria pensando em me suicidar.” Aparentemente, a origem da raiva é a antiga sociedade entre Alexej e Márcio, irmão do senador, na concessionária BMW em Brasília. “Meu irmão, muito jovem, perdeu o negócio da vida dele por causa da gestão desse indivíduo. A BMW tomou a concessionária dele.”

Russo nega, por meio de nota, que tenha participado dos desvios descobertos pela SEC. “A offshore (*Spectra Trust*) foi aberta com a intenção de adquirir um imóvel nos Estados Unidos. A aquisição do imóvel não ocorreu, a empresa nunca realizou nenhuma movimentação”, diz ele. Russo disse que “nunca determinou” a abertura da conta bancária em nome da Spectra Trust, que recebia dinheiro após as operações ilegais. “A conta foi aberta de forma fraudulenta. Não tinha conhecimento nem da abertura da conta nem de movimentação nela.” Diz que nomeou advogados, no Brasil e nos Estados Unidos, para apurar o fato e afirma desconhecer “a origem e destino desses recursos e aguardar as apurações das autoridades competentes nos Estados Unidos para tomar medidas judiciais cabíveis”. Russo enviou a ÉPOCA um laudo produzido nos EUA por uma perícia independente. Segundo a interpretação de Russo, esse laudo comprova, por meio da análise das assinaturas usadas na abertura da conta, que a letra usada não era dele. O laudo aponta inconsistências, mas não afirma que houve fraude. Diz ainda ser “provável” que a assinatura seja mesmo de Russo. Russo não forneceu a ÉPOCA os documentos analisados.



CÂMARA DOS DEPUTADOS



O PADRINHO RIVAL

O presidente do Senado, Renan Calheiros (à esq.), e o lobista Milton Lyra (à dir.). Dois cunhados de Lyra compraram a sede do Postalís (no alto), depois revendida. Por influência de Lyra, o Postalís investiu R\$ 75 milhões na Galileo Educacional, que quebrou em seguida

Tanto Russo quanto Adílson, então diretor financeiro do Postalís, defendem a decisão de investir no Brasil Sovereign. “O investimento atendia aos requisitos legais e ao que determinava a legislação e a política de investimentos aprovada em conselho”, dizem ambos, em nota. O Postalís, por meio de nota, afirma algo parecido: “A decisão pelo investimento foi da Diretoria Financeira à época e seguiu os procedimentos e normas do Instituto. As aplicações estavam em conformidade com as regras e limites previstos nas Resoluções do Conselho Monetário Nacional e a Política de Investimento do Postalís”. Na nota, o Postalís afirma ainda que trabalha para resolver o mico: “Assim que tomou conhecimento do assunto, a Diretoria Executiva ajuizou protesto interruptivo de prescrição. Além disso, contratou escritório de advocacia nos EUA para a adoção de medidas cabíveis em defesa dos interesses do Instituto”.

O Mellon, que administrava o Brasil Sovereign em nome do Postalís, prefere não dar explicações sobre o caso. “Apesar de não podermos comentar assuntos específicos de clientes, ressaltamos que levamos a sério nossas responsabilidades e estamos focados em fornecer aos nossos clientes serviços de qualidade e em ganhar sua contínua confiança”, diz o Mellon em nota. Pelo acordo que fez com a Justiça americana, a que ÉPOCA teve acesso, Fabrizio não pode comentar, muito menos negar publicamente, as fraudes investigadas pela SEC no Brasil Sovereign. “Não vou falar”, diz, mesmo quando questionado sobre sua relação com Russo e o PMDB. Brian Miller, advogado de Fabrizio nos EUA, não respondeu às ligações de ÉPOCA.

O Postalís minimiza as autuações da Previc a seu atual presidente, Conquista. “Autuação não é condenação. No caso do Postalís, o único auto de infração imputado ao presidente foi julgado improcedente. No que se refere à GEAP, não há decisão administrativa definitiva, sendo que um dos autos também já foi divulgado improcedente”, diz o Postalís.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

O DNA DA FRAUDE

Auditorias no Brasil e nos Estados Unidos mostram que o dinheiro investido pelo Postalís foi desviado para contas secretas do ex-presidente do fundo e de um operador do mercado financeiro, ambos ligados ao PMDB

5. SUMÁRIO EXECUTIVO

- Não cumprimento, por parte da Gestora, das disposições do regulamento do fundo quanto à composição da carteira de investimentos em relação ao patrimônio, atingindo o total desenquandramento ao realizar a venda da totalidade da carteira de títulos públicos da dívida externa e a aquisição, em substituição, de notas estruturadas (títulos privados).(tópico 6.1).

São Paulo, 19 de abril de 2013.

BAKER TILLY BRASIL
AUDITORES INDEPENDENTES S/S
CRC-2SP016754/O-1

EDUARDO AFFONSO DE VASCONCELOS
CONTADOR – CRC-1SP166001/O-3

In the Matter of ANGELICA AGUILERA
ADMINISTRATIVE PROCEEDING FILE NO. 3-14999
SECURITIES AND EXCHANGE COMMISSION
INITIAL DECISIONS Release No. 501

2013 SEC LEXIS 2195

July 31, 2013



CÂMARA DOS DEPUTADOS

A ascensão de Miltinho

Enquanto Fabrizioo caía em desgraça, o lobista Milton Lyra, ligado a Renan e conhecido como Miltinho, ascendia em Brasília. Criou relações com Russo e Adílson. Miltinho organizou um investimento que deu prejuízos ao Postalis. Em 2010, o grupo Galileo Educacional foi criado para tentar salvar a universidade Gama Filho da bancarrota. O Galileo emitiu R\$ 100 milhões em debêntures, títulos em que a empresa paga juros no futuro a quem a financia. A garantia eram as mensalidades do curso de medicina, o mais respeitado. O Postalis investiu R\$ 75 milhões no Galileo. Dois anos depois, Miltinho tornou-se diretor do Galileo. No ano passado, o Ministério da Educação descredenciou a Gama Filho, e milhares de estudantes ficaram sem aulas, sem diploma e, claro, não pagaram mensalidades. O grupo Galileo está quebrado, com uma dívida de cerca de R\$ 900 milhões.

Também em 2010, Russo e Adílson fizeram outra operação questionável para o Postalis. A dupla vendeu a sede do Postalis, em Brasília, a cunhados de Miltinho, por R\$ 8,2 milhões. O negócio foi feito em nome de uma empresa criada seis meses antes. Phelipe Matias, um dos cunhados, afirma ter faturado cerca de R\$ 1,2 milhão em aluguéis antes de revender o prédio. Agora, o Postalis paga R\$ 139 mil de aluguel para ficar no mesmo lugar. A Previc autuou o Postalis pela operação. Por irregularidades, a Previ aplicou a Russo e Adílson multas de R\$ 40 mil e os inabilitou por dois anos.

O Postalis diz que “desinvestir em imóveis foi uma decisão estratégica do Instituto”. Afirma que, na venda do edifício-sede, houve concorrência e que a proposta dos cunhados de Miltinho era a melhor. Renan confirma que conhece Miltinho, mas não informa se fizeram ou mantêm negócios em comum.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

DE DONO A INQUILINO

Com a ajuda de um lobista ligado ao senador Renan Calheiros, o Postalis vendeu um prédio por menos do que valia. Depois, passou a pagar aluguel para ocupar o imóvel. Os dirigentes foram autuados pelo mau negócio

056 03
ESCRITURA PÚBLICA DE COMPRA E VENDA COM ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA, que faz, POSTALIS - INSTITUTO DE SEGURIDADE SOCIAL DOS CORREIOS E TELÉGRAFOS a favor de VIGOR CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA na forma abaixo:

S A I B A M quantos esta virem que, aos dois dias do mês de agosto do ano de dois mil e dez (02/08/2010) nesta Cidade de Brasília, Capital da

... em 13/08/2009, nos ... representada por seu Diretor Presidente, **ALEXEJ PREDTECHENSKY**, brasileiro, casado, engenheiro civil, portador de CNH/DF 00222094809, inscrita no CPF nº 027/4200...

... neste ato representada por seus sócios, **RAPHAEL MARQUES DE SOUZA MATIAS**, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador de CNH/DF 00222094809, inscrita no CPF nº 027/4200...

... nesta Capital, com o objetivo comercial, o acima mencionado, e **PHELIPE MARQUES DE SOUZA MATIAS**, brasileiro, solteiro, administrador de empresas, portador de CNH/DF 00222094809, inscrita no CPF nº 027/4200...

... forma de direito, vende ao Comprador o imóvel descrito e caracterizado neste instrumento, pelo preço certo e ajustado de **R\$ 8.290.000,00 (oito milhões, duzentos e noventa mil reais)**,



PREVIC
SUPERINTENDÊNCIA NACIONAL DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR



Ofício nº 4681/2013/CGDC/DICOL/PREVIC

Brasília - DF, 15 de outubro de 2013.

113. Pior, passam-se pelo menos 10 meses [julho de 2009 a maio de 2010] sem qualquer prova de que houve ao menos uma atualização na avaliação de preços realizada em junho de 2009. O cenário se agrava quando identificamos que houve imóvel alienado até junho de 2011, mais de dois anos após a confecção do laudo de avaliação que lhe dava suporte. Abaixo, um comparativo da data da avaliação em relação à data da alienação.

IMÓVEL	DATA AVALIAÇÃO (07/06/2009)	DATA ALIENAÇÃO	PRAZO (DIAS)
Ed. Jardim botânico	30/06/2009	04/05/2010	304
Ed. Postalis	30/06/2009	02/08/2010	392



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Nesse sentido, a presença do Sr. Adilson Florêncio da Costa na CPI é de fundamental importância para o bom deslinde das investigações.

Sala das Sessões, em de outubro de 2015.

Deputado Marcus Pestana
PSDB/MG